

GRAMSCI, O MOVIMENTO FEMINISTA E A CRISE DA HEGEMONIA PATRIARCAL¹

Valentina Avelluto²

Resumo: Este artigo defende que não existem manuais ou receitas para a revolução, mas pistas dispersas naqueles que assumiram um compromisso genuíno com seu tempo e construíram a teoria a partir daí; traduzindo uma voz coletiva bradada pelas ruas e pela organização. O artigo defende também que Antonio Gramsci propõe, através de seu trabalho, ferramentas extremamente férteis para ler a potência histórica e subversiva do feminismo contemporâneo, e utiliza este autor clássico do marxismo para sustentar as posições defendidas.

Palavras-chave: Gramsci; movimento feminista; crise da hegemonia patriarcal.

Abstract: This article argues that there are no manuals or recipes for the revolution, but scattered clues in those who have made a genuine commitment to their time and have built the theory from there; translating a collective voice shouted through the streets and by the organization. The article also argues that Antonio Gramsci proposes, through his work, extremely fertile tools to read the historical and subversive power of contemporary feminism, and uses this classic author of Marxism to support the defended positions.

Keywords: Gramsci; feminist movement; crisis of patriarchal hegemony;

Não existem manuais ou receitas para a revolução, mas existem pistas dispersas naqueles que assumiram um compromisso genuíno com seu tempo e construíram a teoria a partir daí; traduzindo uma voz coletiva bradada pelas ruas e pela organização. Antonio Gramsci propõe, através de seu trabalho, ferramentas extremamente férteis para ler a potência histórica e subversiva do feminismo contemporâneo. Decidimos recuperá-lo porque entender nosso tempo não pode continuar sendo um fetiche de intelectualóides, mas uma responsabilidade dos que nos comprometemos com a transformação de nossa realidade, uma arma contra o ceticismo e a passividade. Faremos essa recuperação não como verdade rígida e universal, mas como matéria-prima, como uma bússola e combustível para nossas atuação.

À MARGEM DA HISTÓRIA: RESGATANDO UMA TRADIÇÃO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO,

Em 3 de junho de 2015, ocorreu a maior mobilização do movimento feminista até o momento vista no país. De uma massividade inesperada, forçou todos os atores e atrizes do mapa sócio-político a se posicionar, chegando à agenda pública - e a popular - para ficar. Com a força do que não se pode conter, da indignação acompanhada pela afirmação do desejo, irrompeu na face da sociedade uma realidade tremendamente desigual e violenta, que não tinha como ser jogada debaixo do tapete.

Com um poder comparável ao do povo argentino em 17 de outubro de 1945 ou 19 e 20 de dezembro de 2001, a primeira marcha #NiUnaMenos [Nenhuma a menos] marcou um antes e um depois na nossa história recente. A partir deste *batismo de rua*, o movimento feminista não parou de crescer a ponto de consolidar-se como um dos atores mais dinâmicos contra a restauração neoliberal em andamento.

¹ Publicado na Revista Catarsis, ano 1, nº 1, maio de 2019. Traduzido do espanhol por Henrique Tahan Novaes (UNESP), revisado por Bruna Vasconcellos (UFABC).

² Politóloga e integrante do Projeto Política Feminista.



Depois de institucionalizar o 3 de junho como data de luta; convocar o 1º greve nacional de mulheres, lésbicas, travestis e trans e, em seguida, o primeiro internacional; congregar dezenas de milhares nos –agora– Encontros Plurinacionais de Mulheres, Lésbicas, Travestis e Trans mais massivos da história; conseguiu colocar o debate pelo aborto, a ocupação da cidade com duas vigílias históricas, uma mobilização inédita da sociedade, e sua sanção parcial no Congresso; marcar a ferro e fogo uma geração verdevioleta que cresce no seu ritmo; e tecer, em todo o continente, redes feministas autogestionárias, participativas e horizontais, cabe perguntar se aquele processo subterrâneo que permitiu ressuscitar a História e despertar os sonhos de revolução, depois de tanto ouvir sobre sua disfunção.

Está claro que a história de luta e organização do movimento feminista não começou em 3 de junho de 2015. Não obstante, quem não é ativista pouco ou nada conhece sobre suas manifestações anteriores. Trata-se, como costuma suceder com os grupos sociais subalternos, de uma história marginal, melhor, uma história marginalizada.

A leitura exitosa da história oficial tende a vitimizar estes grupos e a mostrar unicamente aquilo que acontece no cenário público do poder, deixando absolutamente de lado o que acontece atrás das cortinas. Contudo, ali foram criadas - devagarzinho - as condições para que se possa explorar, aprofundar e se radicalizar um fenômeno de massas como foi o #NiUnaMenos [Nenhuma a menos]. Para compreendê-lo, é imprescindível transcender sua concepção como um mero evento particular e começar a acentuar seu caráter de processo; um processo que por sua condição de massas, subalterno e intrinsecamente crítico, põe em xeque o consenso ativo no que se refere à hegemonia dominante.

Se levarmos em conta que o fenômeno #NiUnaMenos [Nenhuma a menos] não nasceu do nada, devemos prestar atenção especial ao crescimento incessante do Encontro (Pluri) Nacional de Mulheres (lésbicas, travestis e trans) que, por seu caráter regular, de massas, notória consolidação e dinâmica particular, não tem paralelos no país e no mundo. Mas também não podemos afirmar que esta história começou ali, senão que foi necessária a experiência de luta das *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo* [Mães e avós da Praça de Maio] e, voltando um pouco mais para trás, a organização das sufragistas, socialistas e anarquistas do início do século XX, somente para mencionar alguns exemplos de expressões feministas da história dos nossos movimentos sociais.

Segundo Gramsci, a história dos grupos sociais subalternos se coloca necessariamente de forma dispersa, desordenada, desagregada e episódica. Desenterrar o fio condutor de uma tradição de luta (trans) feminista em nível regional e internacional, é de crucial importância para evitar fortalecer a ideia de que sempre partimos do zero e, ao contrário, poder nos apoiar e nos potencializar nele. Contudo, o #NiUnaMenos [Nenhuma a menos] não deixa de ser um marco histórico, uma situação *refundacional* na nossa rica historiografia popular, um momento constitutivo que demonstrou que estavam dadas as condições para sonhar e construir um novo bloco histórico, que uma nova hegemonia estava nascendo, disposta a lutar e vencer.

Podemos compreendê-lo, nesse sentido, como um momento-processo de construção política e produção ideológica, sobre e a partir da própria marcha que adquiriu o feminismo a partir de 3 de junho de 2015, em um contexto onde múltiplas forças sociais se colocaram em movimento. Não houve espontaneidade na massividade e na potência de sua explosão, senão um trabalho silencioso – ou silenciado— de longa data, que implicou a construção de consensos, experiências, alianças, estratégias, expressões, teorias, práticas e de porta-voz, durante os anos de desenvolvimento desta força subterrânea até decantar o terremoto.

RUMO A CONSTRUÇÃO DE UMA (ANTI) PRINCESA MODERNA

Com o fim do silêncio, a força do encontro, a potência da rua e o grito dos ausentes, o senso comum imperante - neoliberal, colonial e heteropatriarcal - começou a assumir, ameaçado pela proliferação de “núcleos feministas de bom senso”. Gramsci chama assim as prefigurações de formas alternativas de relações sociais no interior do próprio senso comum dominante. Para ele, estes elementos de socialismo – ou feminismo – prático racham os muros do sistema e, ainda que inicialmente sejam marginais e minoritários, funcionam como poderosas alavancas de interrupção da ordem social e moral.

Os brotos de feminismo popular, que se multiplicaram a partir do #NiUnaMenos na forma de organizações e redes de bairros, estudantis, sindicais, sociais, políticas, camponesas, indígenas, multissetoriais, regionais, etc., articulam uma nova sociedade em gérmen. Como nos *Encontros Plurinacionais de Mulheres, Lésbicas, Travestis e Trans*, estas experiências nadam na contracorrente das formas tradicionais da política. Delineia-se nelas, não só uma práxis necessária e disruptiva, senão também as dimensões do sujeito subalterno contemporâneo, um sujeito popular diverso e dissidente.

Através destas experiências, o feminismo permite reconectar a revolução com a vida cotidiana, dando lugar a uma concepção dinâmica – e gramsciana– da mesma, a compreendendo como um processo constante e integral. Uma revolução que arde nos corpos e nem por isso é menos disruptiva, poderosa ou transformadora que as revoluções que nos contam os livros de história.

A revelação de que o pessoal é político se atualiza e se aprofunda dia a dia, evidenciando que se a opressão é integral, é pessoal e é política, a revolução também é. O movimento feminista apreendeu que não avançamos somente resistindo, jogando um jogo com cartas marcadas de antemão. Para avançar é imprescindível construir hoje, já desde agora, a alternativa; fundar dentro da contraditória maré capitalista e com os contraditórios sujeitos contemporâneos, novas práticas e relações sociais.

Estamos num contexto no qual o senso comum patriarcal, heteronormativo, misógino, neoliberal, meritocrático e individualista se encontra em disputa, não só no *quarto* das esferas militantes, progressistas e/ou de esquerda, senão, também, no cenário público do poder. Estes “núcleos feministas de bom senso” estão abrindo uma rachadura, ainda não resolvida, na hegemonia dominante, entendida por Gramsci como a relação de forças em torno de um consenso ativo. Neste contexto, o movimento feminista assume um papel dinamizador de distintas expressões populares, hoje dispersas e fragmentadas, que confrontam a hegemonia capitalista-patriarcal, evidenciando tal aliança criminal.

Neste sentido, inclusive poderíamos nos aventurar a uma leitura do movimento feminista como a forma histórica que assume hoje a (Anti) Princesa Moderna convocada por Gramsci. Não somente expressa um sujeito coletivo que tende a articulação de forças populares diversas, senão que, a esta altura, é inegável o papel que está assumindo o movimento feminista como “pregador e organizador de uma reforma intelectual e moral” da cultura, entendida num sentido integral.

Esta reforma intelectual e moral do “Príncipe Moderno” implica, para Gramsci, a geração de condições para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular em direção a uma forma superior de civilização, antagônica a que expressa o capitalismo. E que melhores condições que o desenvolvimento de uma língua rebelde e universal, transnacional e transgeracional? O que é isso, senão, a práxis feminista? Pela prática política prefigurativa que o caracteriza, o movimento feminista organiza e, simultaneamente, expressa, de forma ativa, uma vontade coletiva, global e popular, preparando o terreno para a instauração de uma nova hegemonia.

Esta hegemonia nasce de um feminismo necessariamente coletivo e crítico, já que floresce dos encontros e sentir-pensar dos nossos próprios corpos oprimidos. A força de sua ameaça

reside no que, através do seu, se vislumbram múltiplas opressões estruturalmente entrecruzadas e retroalimentadas.

Uma vez advertidas, não há volta atrás. Nesta irreversibilidade do feminismo onde radica seu superpoder, sua fertilidade como campo de ação de massas; não há troca, unicamente contágio.

HEGEMONIA PATRIARCAL EM CRISE E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO

Em tempos onde imperam os significantes vazios, em tempos de marketing político, da individualização extrema e do mudar para ganhar, o feminismo constrói comunidade e toma as ruas chamando as coisas pelo seu nome. Porque o feminismo não necessita de pesquisa, está aí, em gérmen, em todos os nossos corpos oprimidos, em cada injustiça cotidiana, em cada uma de nossas relações, em nossos lares, em nossos recibos de pagamento e na ausência deles. Na violência do poder que constitui nossa História e histórias. Daí sua potência emancipatória.

É evidente que a desarticulação crescente do senso comum imperante, ao colocar em cheque a hegemonia necessária para a reprodução do sistema, tem suas consequências. Diante da perda de legitimidade do consenso vigente, se impõe a coerção. Portanto, não se deve surpreender, frente ao nosso avanço, o recrudescimento da resposta disciplinadora sobre nossos corpos.

Desperta no continente a radicalização de uma reação fascista e neomachista contra nossa organização e a afirmação de nosso desejo. Diante deste panorama, a rebeldia se apresenta como necessidade histórica frente a séculos da mais violenta e sigilosa opressão, brotando intensamente de nossos corpos e dos milhares que se foram. O que nasceu como catarse comovente frente a tanta violência e impunidade foi se aprofundando e, necessariamente, radicalizando. Acesa por um fogo coletivo foi se consolidando a organização e a demanda por transformações cada vez mais estruturais e urgentes. Compromete-se, com elas, a capacidade dirigente da classe dominante: não há resposta possível no marco do capitalismo.

Crise de hegemonia, diria Gramsci. As crises não são indefinidas, eventualmente se resolvem, para um lado ou para outro, ou refundando a dominação ou abrindo horizontes emancipatórios que possibilitem o surgimento de um novo bloco histórico. A história nos convoca a lutar para dobrá-la a nosso favor.